###  PREGÃO PRESENCIALN°69/2017

# PREFEITURA MUNICIPAL

# DE

#  ROLIM DE MOURA

|  |
| --- |
| **AVISO**Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.**Dúvidas: (69) 3442-3100** |

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 522/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº69/2017

**LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDOR INDIVIDUAL - MEI.**

**1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1.PREÂMBULO:**

A Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 04.394.805/0001-18, com sede à Avenida João Pessoa, nº. 4478, Bairro Centro, Rolim de Moura -RO, através do Pregoeiro designado pela**Portaria nº463 datado de 09 de maio de 2017**, torna pública a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma**PRESENCIAL,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por finalidade**AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOCICLETAS.**O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei nº. 10.520, de 17/07/02, e a Lei Complementar **123/2006** e suas alterações, aplicando-se subsidiariamente o disposto na Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e suas alterações e demais legislações complementares, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

**1.1.1**. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma **PRESENCIAL**, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

**1.1.2.** O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico:[**www.observatoriorm.org.br**](http://www.observatoriorm.org.br)e **www.rolimdemoura.ro.gov.br**

**1.1.3.** A sessão de abertura deste PREGÃO **PRESENCIAL**dar-se-á na data e horário, conforme abaixo:

**DATA DE ABERTURA: 21/08/2017**

**HORÁRIO**: **às 11:00min. (HORÁRIO DE RONDÔNIA)**

**Valor total Estimado: R$ 7.883,15 (sete mil oitocentos e oitenta e três e quinze centavos).**

**1.1.4.** Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

**1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:**

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo N° 522/2017, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

**2 – DO OBJETO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, E RECEBIMENTO**

**2.1. DO OBJETO:Aquisição de Peças para manutenção de motocicletas,** conforme especificações completas constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**2.1.1.** Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, atendendo a Lei 123/2006 e a Lei Complementar 147/2014:

**2.1.2. Cota exclusiva para ME, EPP e MEI** – Itens com valores de até R$ 80.000,00. Art. 48. [...]I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014);

2.2. DO PRAZO e LOCAL DE ENTREGA e demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no Anexo I deste Edital – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.2.1. DO PRAZODE ENTREGA**:Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com o Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

**2.2.2. DO LOCAL DEENTREGA:**A empresa contratada fica obrigada a entregar os produtos no almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, situado na Av. João Pessoa,nº 4478, Bairro Centro (Fundos), CEP N.º 76.940-00, em horário pré estabelecido pela Diretoria do Almoxarifado do Município.

2.2.3. DA GARANTIA: A CONTRATADA deverá garantir a substituição dos materiais que apresentarem defeitos, sem ônus para o CONTRATANTE. A garantia deverá ser do fabricante dos materiais..

**2.3. DA VIGÊNCIA:**O prazo de vigência será de **12 (doze) meses** contados a partir da publicação no Diário Oficial dosMunicípios do Estado de Rondônia.

**2.4DO RECEBIMENTO**: Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da nota de empenho.

**2.4.1**O recebimento ficará sob a responsabilidade da Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços da Prefeitura Municipal Rolim de Moura. A entrega do(s) produto(s)/bens em cumprimento das formalidades legais assinando a nota fiscal/fatura tudo em conformidade do Artigo 73, inciso I letra “b” e Artigo 74 inciso III e seu § único da lei 8.666/93.

3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**3.1.** Até 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa física ou jurídica poderá** I**MPUGNAR** o instrumento convocatório destePREGÃO **PRESENCIAL,**devendo o mesmo mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório**,**manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail**:** semcol.rolimdemoura@gmail.com(ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 3442-3100**, ou ainda,** protocolar o original junto a Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, no horário das 07h30min. às 13h30min. de segunda-feira a sexta-feira, situada naAv. João Pessoa, n.º 4478 – Bairro Centro, em Rolim de Moura/RO - CEP: 76.940-000.

**3.1.1.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.**

3.1.2. A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informadapreferencialmentevia e-mail (aquele informado na impugnação), ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

**3.1.3**. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**3.1.3.1**. Até a data definida para a sessão de abertura, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

4 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOE INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUE DEVERÃO SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS.

4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO PRESENCIAL, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: semcol.rolimdemoura@gmail.com(ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone(69) 3442-3100ou ainda, protocolar original junto a Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, no horário das 07h30min. às 13h30min. de segunda-feira a sexta-feira, situada naAv. João Pessoa, n.º 4478 – Bairro Centroem Rolim de Moura/RO - CEP: 76.940-000,devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

**4.1.1.** Até a data definida para a sessão de abertura, caso o licitante não obtiver resposta do esclarecimento protocolado, o pregoeiro suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

4.2. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos,às licitantes que tenham adquirido o Edital.

* + 1. **ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Adendo Modificador, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido.
		2. **NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

**5 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumárioIMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

**5.1.1.** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).**

**5.3. Poderão participar deste PREGÃO PRESENCIALàs empresas que:**

**5.3.1.** Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à **documentação exigida para habilitação**;

**5.3.2.** Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

**5.3.3.** Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço/produto, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços/produtos (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

**5.3.4. Para os Lotes/Itens previamente definidos neste edital,** poderão participar desta Licitação **apenas** Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP e MEI-Micro empreendedor Individual, face ao art. 48, I da Lei Complementar nº. 147/2014 e o art. 6º. do Decreto Estadual nº. 15.643/2011.

**5.3.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.**

**5.4. Não poderão participar deste PREGÃO PRESENCIAL, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:**

**5.4.1.** Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**5.4.2.**Sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso, a união de esforços se faz necessária, apenas na questão de alta complexidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isolada de empresas, o que não é o caso do objeto em questão. A formação de Consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de fornecimento de bem comum;

**5.4.2.1.** A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequenos vultos, não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

**5.4.2.2.** Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, art. 33 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

**5.4.3.** Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Publica Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

**5.4.4**. Estrangeiras que não funcionem no País;

**5.5. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**

**5.5.1**. Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

**5.5.2.**É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, bem como, procurador/representante da empresa, em conformidade com o artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.

**5.5.3.** A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

**5.5.4.** Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

**5.5.4.1.** Para tais efeitos entende-se que, fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**6 – DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014 E DO DECRETO FEDERAL 8.538 de 06 OUTUBRO DE 2015 E DECRETO ESTADUAL Nº 15.643, DE 12 DE JANEIRO DE 2011.**

**6.1** Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

**6.2.1**No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

**6.2.2** No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

**6.3** Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguintes da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

**6.3.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**6.3.2**. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**6.3.3**. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

**6.3.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

**6.3.5**. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**6.3.6**. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**6.3.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**6.3.8**. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**6.3.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

**6.3.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.

**6.4** A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

**7 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1.**O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM,** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**7.2. Todos os itensserão para TIPO I “PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI E EQUIPARADAS A ME/EPP/MEI”.**

**7.3.** Na Proposta de Preços deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua

08 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP (PARA OS LOTES/ITENS SEM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA) E CRITÉRIOS DE DESEMPATE.

8.1. A partir da data e horário pré-estabelecido, e de conformidade com o estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições já mencionadas anteriormente.

**8.1.1.**O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos**(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente),** DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis**.**

**8.2.** Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, em ata, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

**8.2.1.** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexeqüível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada.

**8.2.2.**Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei Federal n° 8.666/93.

**8.3.** Todas as licitantes poderão apresentar lances para os**ITENS** cotados;

**8.3.1.**Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor percentual ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

**8.3.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com VALORES UNITÁRIOS com no máximo 02 (duas) casas decimais, tanto para os valores totais quanto para os unitários, considerando as quantidades constantes no ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇO. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamentecaso a licitante permaneça inerte.**

**8.4.** A abertura e o fechamento da fase de lances será feita pelo pregoeiro;

**8.5**. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

**8.6.** A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

**8.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**8.8.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes;

**8.9.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances;

**8.10**. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

**8.11**. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;

**8.12. Fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/201,**

**8.13.** Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

**8.14**. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances;

**8.15.**. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**8.16.** Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8666/93).

**09 – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

**09.1.** Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços, devendo o pregoeiroexaminar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, **apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura/RO, bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no máximo 02 (duas) casas decimais;**

09.1.1. A entidade licitante não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura/RO. Vide Decisão nº. 263/2014- PLENO/TCE-RO.

10 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOSE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

**10.1.** Cumpridas as etapas anteriores, o pregoeiro verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

10.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo pregoeiro, no momento da sessão.

**10.2.** Se a proposta de preços não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta de preços subseqüente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

**10.3.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

**10.3.1.** A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

**10.4.** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido conforme já mencionado neste Edital de licitação;

10.5. O Detalhamento da Proposta de Preços, deverá ser apresentado datilografado ou digitado, contendo a razão ou denominação social, o número do CNPJ, **todas as folhas rubricadas e numeradas,** o endereço com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, fax, *e-mail*) da empresa, **redigida com clareza, sem emendas, rasuras, borrões não ressalvados, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração), folhas rubricadas e numeradas e conter expressamente as informações exigidas no respectivo anexo II.**

**10.6.** A(s) certidão(ões) devera(ão) conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausentes será considerada válida por um período de 90 (Noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente;

**10.7**. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, e atualizado;

**10.8**. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

**10.9.** Na situação em que houver oferta ou lance considerado qualificado para a classificação, o pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor.

**10.11.**O pregoeiro poderá solicitar, contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido um preço justo, bem assim decidir sobre a sua aceitação, divulgando **ACEITO,** e passando para a fase de habilitação;

11 – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

**11.1**. Nos casos em que o pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

**11.1.1.** Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

**11.1.2**. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

13 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

13.1. Concluída a fase de lances, ocorrerá a fase de habilitação da(s) licitantes(s);

**13.3.** O licitante deverá declarar, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8666/93, com a redação dada pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**13.4.** O licitante deverá declarar, que se compromete a informar aSUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO de sua habilitação, nos termos do § 2º do art. 32 da lei 8666/93, observadas as penalidades cabíveis.

**13.5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**13.5.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:**

1. Certidão de Regularidade de Débitos com a**Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Divida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº1751 de 02/10/2014);
2. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual,** admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
3. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal,** admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
4. Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
5. Prova de Inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual ou Alvará de funcionamento para o exercício vigente.

**13.6. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social,** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação; Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício, No caso de sociedade civil,.
2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
3. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
4. Cédula de identidade, no caso de pessoa física (quando viável a participação).
5. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8666/93, com a redação dada pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999.
6. Declaração de que se compromete a informar a SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO de sua habilitação, nos termos do § 2º do art. 32 da lei 8666/93, observadas as penalidades cabíveis.

**Obs:** As DECLARAÇÕES exigidas nas alíneas "e" e "f", deverão ser preenchidas junto ao sistema COMPRASNET no momento do cadastramento da Proposta de Preços, onde serão consultadas e anexadas aos autos.

**13.6.1. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei n° 11.101/05 **(falência e concordata)** emitida pelo órgão competente, **EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.
2. Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o **Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Exercício Social**, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, com o seu **Registro na Junta Comercial do Estado sede**, com os pertinentes termos de Abertura e Encerramento.

Com base nos dados constantes no Balanço Patrimonial apresentado, deverá apresentar ainda:

1. Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,0 (um), obtido a partir de dados do Balanço Anual, através da seguinte fórmula:

ILG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

1. Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,0 (um), obtido a partir de dados do Balanço Anual, através da seguinte fórmula:

ILC = ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

1. Índice de Endividamento Total (IET), igual ou inferior a 0,50 (meio), obtido a partir de dados do balanço, através da seguinte fórmula:

IET = PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO TOTAL

 **DA JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS:**

A Análise das Demonstrações Financeiras pode ser entendida como um conjunto de técnicas que mostra a situação econômico-financeira da empresa em determinado momento, por meio de indicadores. Observa-se que a análise começa justamente onde termina a contabilidade (nos relatórios contábeis) e tem como principal objetivo extrair informações úteis para ser base para tomada de decisão.

Os índices exigidos visam demonstrar, no mínimo, a condição de equilíbrio da empresa com relação às suas dívidas e recursos para cumprir com suas obrigações.

1. **ILG**: indica quanto à empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.
2. **ILC**: Calculada a partir da Razão entre os direitos a curto prazo da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e a as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante. A partir do resultado obtido podemos fazer a seguinte análise:

|  |
| --- |
| Resultado da Liquidez Corrente:Maior que 1: Resultado que demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações.Se igual a 1: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes.Se menor que 1: Não haveria disponibilidade suficientes para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso. |

1. **IET:** Os índices de endividamento relacionam as origens de recursos entre si, retratando a posição entre capital próprio e capital de terceiros. Indicam o grau de dependência da empresa em relação ao capital de terceiros. Quanto menor a dependência de capital de terceiros, melhor a liquidez da empresa e, portanto, menor o seu risco financeiro. Em contrapartida, o endividamento é uma fonte importante de recursos para que a empresa possa manter suas operações ou ampliá-las. Deve-se considerar, também, o custo do capital de terceiros que, em muitos casos, são menores que o custo do capital próprio. Se esse índice for consistente e acentuadamente maior que 1 indicaria uma dependência exagerada de recursos de terceiros. Este é um sintoma típico das empresas que vão à falência, apresentam alto índice de recursos de terceiros durante um longo período.

Portanto, o atendimento aos índices mínimos estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação equilibrada e de solidez financeira da licitante ante ao elevado volume de investimento.

1. O Balanço Patrimonial e os índices deverão estar devidamente **REGISTRADOS na Junta Comercial do Estado sede**, com o pertinente termo de Abertura e Encerramento. **Vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta**.

d1) entenda-se por “na forma da lei”:

I - sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da Licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/1969);

II - sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em Jornal de grande circulação (art. 289, caput e § 5º, da Lei nº 6.404/1976);

1. A licitante S/A deverá apresentar o balanço e ainda as publicações do balanço referentes ao inciso II, em razão de que cópia de jornal impresso dificulta a análise pela comissão, e é responsabilidade da empresa apresentar documentos legíveis e de fácil compreensão.

III - sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

**13.6.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**a)Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, declarando a aptidão para o fornecimento dos objetos (de cada item) compatíveis em características, quantidades e prazos, pertinentes com o objetodesta licitação.

**13.6.3.** O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidades e prazos de prestação dos serviços/produtos.

**13.6.3.1.** O (s) atestado (s) de capacidade técnica apresentado(s) estará sujeito à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 43, parágrafo 3° da Lei Federal n° 8.666/93, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

**13.6.4. RELATIVOS À REGULARIDADE TRABALHISTA:**

1. Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**13.6.5. DECLARAÇÕES:**

Declaração expressa de que não existe fato superveniente impeditivo da habilitação, sujeitando-se às penalidades cabíveis caso algum seja comprovado, **conforme anexo III;**

1. Declaração de autenticidade dos documentos contidos nos envelopes 01 e 02, **conforme anexo IV;**
2. Declaração em cumprimento do inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de 16 anos, salvo nas condições de menor aprendiz 14 anos, **conforme anexo V;**
3. Declaração que não tenha em seu quadro de funcionários servidor público, **conforme anexo IX;**
4. Declaração de plena submissão às condições e exigências deste Edital, em todas as fases da licitação, **conforme anexo X;**
5. **As Declarações deverão ser em papel timbrado da empresa e estarem devidamente assinadas pelo representante legal da empresa.**

13.6.O pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

**13.7.** A apresentação de toda a documentação ensejará à licitante, as sanções previstas neste Edital e nas normas que regem este Pregão.

**13.8**. Para fins de habilitação, a verificação pelo pregoeiro nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;

**13.9. AS LICITANTES QUE DEIXAREM DE APRESENTAR QUAISQUER DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO OU OS APRESENTAR EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NESTE EDITAL, SERÃO INABILITADAS.**

**13.10.**A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar n° 123/06 e alterações;

**13.11.**As microempresas e empresas de pequeno porte **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

**13.11.1.**Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo **de 5 (cinco) dias úteis,** cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**13.11.2.**A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à PREFEITURA MUNICIPAL ROLIM DE MOURA/ROconvocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura/retirada do Instrumento Contratual, ou revogar a licitação;

**13.12.** Serão consultados, ainda, para fins de habilitação:

1. As declarações prestadas em campo próprio do sistema, relacionadas no item 13.6.5 deste edital;
2. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011; (http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/DetalhesFornecedoresImpedidos);
3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis);
4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php);

**13.12.1**. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**13.12.2.** A comprovação estabelecida no subitem anterior é uma determinação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, através da Decisão Monocrática nº. 119/2014/GCVCS/TCE/RO, com vistas a não adjudicar e homologar certames à empresas inidôneas sob pena de incidirem nas disposições e penalidades previstas no art. 55, Inciso IV da Lei Complementar 154/96.

**13.13**. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

**13.13.1.** Em nome da licitante com o n° do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

1. *Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;*
2. *Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;*

**13.13.2**. No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

**13.13.3.** Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

13.14. Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema interno.

**14 – DOS RECURSOS**

**14.1.**Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

**14.2.** Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03 (três) dias para apresentar as razões recursais**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (redação conforme o inc. XVIII, art. 4°, Lei Federal n.° 10.520/2002).

**14.2.1.** A manifestação de interposição do recurso e contra-razão, deverão ser protocoladas no protocolo da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura – RO, dentro dos prazo já indicados;

**14.3.** A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

**14.4.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.5.** A decisão do pregoeiro a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

**14.6** A decisão do pregoeiro e da Autoridade Competente será informada via e-mail para a empresa interessada e publicano no site da AROM ([www.diarimunicipal.com.br/arom](http://www.diarimunicipal.com.br/arom))

**14.7.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a **Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará** o resultado da licitação para determinar a contratação.

###### **14.8.** Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura/RO, **sito o endereço: Av. João Pessoa, n.º 4478, Bairro Centro, em Rolim de Moura/RO - CEP: 76.940-000, de segunda a sexta-feira, das 07h:30min às 13h:30min.**

**14.9. Cabe ainda, recurso contra a decisão de:**

1. Anular ou revogar o Pregão Presencial;
2. Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Rolim de Moura/RO.

**14.9.1**. Os recursos acima deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

**14.9.2**. A intimação dos atos referidos no subitem 14.9, alíneas “a” e “b”, será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Presencial, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**14.9.3**. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

**14.9.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

15 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

**15.1.** Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

**15.2.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Presencial, constarão no relatório de vencedor do sistema interno da Prefeitura e em ata sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

15.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

15.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

15.5. Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

##### **DO PAGAMENTO**

16.1O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista da fatura/nota fiscal apresentada pelo contratado, devidamente atestada pelo setor responsável pela fiscalização.

**16.2 –** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

I=(6%/100)

 365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**16.3 –** O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento e ao caso de desconto por eventual antecipação de pagamento.

**16.4 –** Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar com a Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, e a comprovação de sua situação regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição.

**16.5 –** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal, serão os mesmos devolvidos a contratada para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Rolim de Moura por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

**16.6 -** A Prefeitura Municipal de Rolim de Moura não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

**17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**17.1** – A dotação orçamentária:

|  |
| --- |
| **Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Fazenda**Elemento Despesa: 33.90.30Projeto de Atividade: 2.103. |

**17.2 –**Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União, repassados ao Município de Rolim de Moura a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas.

**18- DA INALTERABILIDADE DO OBJETO**

18.1 –É vedado o recebimento de produtos ou serviços que possuam marca ou características diversas do edital e na proposta, bem como descaracterize de qualquer forma o objeto licitado, salvo por ocorrência de fato superveniente ou por motivo de força maior, devidamente justificado, e aceito pela Administração.

**19 – DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DO CONTRATANTE**

19.1 - Rejeitar, no todo ou em parte, e serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada; Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no Termo de Referência;

19.2 - Garantir o cumprimento de todas as clausulas contratuais;

19.3 - Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n.° 8.666/93.

19.4 - Proporcionar todas as condições necessárias a execução dos serviços, fornecendo todas as informações e especificações necessárias;

19.5 - Comunicar a empresa contratada, quando da apresentação de qualquer defeito aparente, para a sua devida substituição.

19.6 - Cabe a administração a qual quer tempo anular ou revogar o certame, nos termos do Artigo m o art. 49 da lei 8.666/93;

**20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1 - Efetuar os serviços e entrega dos materiais, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no Edital, após recebimento da Nota Empenho, obedecendo ao prazo legal estipulado;

20.2 - Comunicar no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega nas Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, os motivos que impossibilite o seu cumprimento,

20.3 - Por ocasião da entrega dos itens, caso seja detectado que a (s) peças (s) solicitadas não atendem às especificações previamente definidas neste Termo de Referencia, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a detentora a providenciar a substituição do serviço não aceito, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos;

20.4 - Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;

20.5 - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação;

20.6 - Assumir a responsabilidade pelas despesas com transporte, frete, carretos e etc;

20.7 - Assumir a responsabilidade no caso de roubo ou extravio de carga;

20.8 - A contratada deverá manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

20.9 - A contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que si fizerem na aquisição do objeto desta licitação, até o limite de 25% (Vinte e cinco por cento) do valor contratado;

20.10 - Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos que por ventura sejam causados ao meio ambiente;

20.11 - Cumprir fielmente com todas as cláusulas deste Termo de Referencia;

20.12 - O não atendimento do prazo fixado no item 4.1 poderá implicar na aplicação das sanções definidas no Art. 87 da LEI nº 8.666/93 e ainda;

20.13 – Quando omaterial entregue estiver em desacordo com as especificações exigidas no termo de referencia ou apresentarem vicio de qualidade ou improbidade, será recusado parcial ou totalmente, conforme o caso, e a licitante vencedora será obrigada a refaze-lo no prazo de 12 (doze) horas a partir da data de recebimento da notificação realizada pela Secretaria de Saúde sobre o fato, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;

21.14 – Não transferir a terceiros, por qualquer forma nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que esta obrigada;

20.15 - Poderá implicar em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contração, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e outras previstas neste Termo de Referência e na Legislação pertinente e em vigor, salvo justificativa fundamentada do fornecedor, com a devida aceitação do ordenador de despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação;

**21 – DOS CUSTOS**

21.1 - Os custos a serem adotados para o registro obedecerão aos custos previstos no QUADRO COMPARATIVO / DEMONSTRATIVO DE PREÇOS, conforme planilha anexa ao PROJETO, onde se encontram indicados os custos dos itens/objetos.

**22– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1 -Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, o CONTRATANTE poderá garantida a defesa prévia da CONTRATADA, rescindir o contrato, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

c) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias;

d) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Rolim de Moura por um prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação pelo Sr. Prefeito Municipal, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

22.2 -Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

22.3 - A CONTRADADA estará sujeita às penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência;

22.4 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/1993;

22.5 - Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

22.6 - No caso de não haver a entrega do produto por três vezes num período de trinta dias consecutivos, a CONTRATADA sofrerá as penalidades pelo não cumprimento do contrato, ou seja, em primeiro lugar advertência e no caso de reincidência, multa e rescisão do contrato;

22.7 - A recusa sem motivo justificado da licitante vencedora em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades aludidas neste Contrato;

22.8 - O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente;

22.9 - Para aplicação das penalidades, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação;

22.10 - As penalidades previstas nas alíneas "a" e "d" do subitem 29.1, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" e “c” do mesmo subitem;

**22.11 -** As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e a justificativa só será aceita quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, e, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a CONTRATADA tomar ciência.

**22 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**22.1**. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

**23 – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**23.1**. Na hipótese de atraso no pagamento das notas fiscais/faturas, os seus valores serão corrigidos monetariamente, a partir da data de inicio do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação *“pro rata tempore”* do INPC/FGV ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente e, ainda, acrescido de multa de 1% (um por cento) e juros de 0,033% (zero virgula trinta e três por cento) ao dia, sobre o valor atualizado.

**24– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**24.1.**A Administração Pública se reserva no direito de:

**24.1.1.** Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

**24.1.2.** Revogar por interesse da **prefeitura Municipal de Rolim de Moura/RO**em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Decreto nº. 12.205/2006.

**24.2.** Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

**24.3.**Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

**24.4**. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**24.5**. Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas no art. 7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002 c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo pregoeiro.

 **24.6.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelaPrefeitura Municipal de Rolim de Moura /RO.

**24.7.** O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4° da Lei ° 10.520/2002, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos,** sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**24.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

**24.9**. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Presencial.

**24.10**. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

**24.11.** As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da**Prefeitura Municipal de Rolim de Moura,** a finalidade e a segurança da contratação.

**24.12.** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1°, do Art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

**24.13.** As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

**24.14**. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

**24.15**. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará anexa nos autos do processo**,** sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**24.16**. Fica asseguradaaPrefeitura Municipal deRolim de Moura, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

**24.17**. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

**24.18.** Aos **Casos Omissos**, serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal nº.10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente, na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

**24.19.** Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

**24.20**. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site [**www.rolimdemoura.ro.gov.br**](http://www.rolimdemoura.ro.gov.br) **e www.observatóriorm.org.br.**

**24.21**. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

**24.22**. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (069) 3442-1854/3100, ou na sede Prefeitura Municipal de Rolim de Moura /RO.

**24.23.** O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Rolim de Moura /RO.

# 25 – ANEXOS

25.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I :**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO;

**ANEXO II** : FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA;

**ANEXO III** : MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE;

**ANEXO IV** : DECLARAÇÃO AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS ;

**ANEXO V** : MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES DE 18 ANOS;

**ANEXO VI** : MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL;

**ANEXO VII** :MODELO PROCURAÇÃO

**ANEXO VIII** :MODELO DECLARAÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA;

**ANEXO IX** : DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA SERVIDOR PÚBLICO;

ANEXO X :DECLARAÇÃO DE PLENA SUBMISSÃO ÀS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL;

ANEXO XI :MINUTA DE CONTRATO

ANEXO XII : PREÇOS MÉDIOS

Rolim de Moura - RO,07 de agosto de 2017.

**Sandra Rosa Soares**

Pregoeira

Portaria Nº 463/2017

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **INTRODUÇÃO:**Em cumprimento ao artigo 7º c/c artigo 6º, IX da lei 8.666/93 e suas alterações, elaborou-se o presente Projeto para aquisição de Peças, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda.
2. **OBJETO:**Aquisição de Peças para manutenção de motocicletas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda.

**JUSTIFICATIVA**: Trata-se de uma contratação de suma importância, haja vista que a SEMFAZ, mais especificamente o setor de fiscalização possui atualmente uma frota considerável, composta por motocicletas e motonetas, aos quis deve ser assegurada manutenção dos veículos em perfeitas condições de uso e durabilidade. Bem como garantir aos funcionários o mínimo de conforto quanto a trafegabilidade na realização de suas tarefas diárias e com isso melhorar o índice de arrecadação municipal.

1. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**As despesas ocorrerão com recursos de acordo com a Secretaria Municipal de Fazenda Projetos: 2.103; elemento de despesa 33.90.30.
2. **CONTRATO, PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:**O prazo de vigência, bem como execução do contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato. À partir da homologação e da convocação para assinatura do contrato, o fornecedor terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para comparecer no setor competente.
3. **CONDIÇÕES DE ENTREGA:**A vencedora do certame deverá entregar os produtos conforme solicitação, acompanhada pela nota de empenho, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura ou local indicado pela Secretaria solicitante, atendendo às especificações constantes nos Anexos deste Edital;

Deverá fornecer peças/acessórios necessários e suficientes ao perfeito funcionamento dos veículos indicados nesse Projeto Básico;

As peças/acessórios deverão ser somente novos, originais ou recomendadas pelo fabricante, não sendo aceito sob qualquer hipótese peças recondicionadas;

Na absoluta falta de peça/acessório original no mercado, desde que fundamentado pela empresa vencedora da licitação, poderá a administração autorizar, por escrito a substituição por peça não original ou recomendada pelos fabricantes, salientando que esta não devera comprometer a qualidade do serviço bem como a segurança do veículo e o comprometimento de outros componentes;

A Administração reserva-se o direito de recusar todo e qualquer produto que não atenda as especificações deste Edital;

1. **DO PRAZO PARA ENTREGA:**A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão/recebimento da nota de empenho. Caso o referido prazo não seja cumprido pela empresa vencedora, sem prévia justificativa à Licitante, a mesma fica sujeita às sanções dos Artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e outras penalidades aplicáveis.
2. **DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**
	1. Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;
	2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos;
	3. Fornecer o material qualificado para o trabalho proposto, dentro da boa técnica em trabalhos deste gênero, nos termos da proposta;
	4. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;
	5. Realizar a troca de peças caso necessite;
	6. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos, seja por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se, consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação;
	7. Entregar no Almoxarifado Central ou na Secretaria Municipal de Obras, conforme solicitado pela Secretaria de origem.
3. **FISCALIZAÇÃO:**
	1. Fica a Comissão de Recebimento de material, responsável pelo recebimento e a fiscalização dos mesmos;
	2. A equipe será responsável pela anotação de todas as ocorrências e deficiências, entre outras anotações que julgar necessárias, em relatório, que deverá ser emitido em duas vias. Uma via deverá ser arquivada na Secretaria de Fazenda, para acompanhamento, e a outra via deverá ser entregue à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, quando o caso exigir;
	3. As exigências da fiscalização e a atuação da Comissão de Recebimento de Materiais da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura em qualquer etapa da execução do contrato, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne o atendimento ao contrato.
4. **REQUISITOS PARA PARTICIPAR DO CERTAME LICITÁTORIO:**Todas as empresas licitantes que acorrerem a este projeto básico deverão apresentar as informações descritas no Edital a ser elaborado pela Comissão Permanente de Licitação (CPL).
5. **DO PAGAMENTO:** O pagamento será realizado mediante liquidação de despesas ou serviço em até 30 (trinta) dias, conforme dispõe Art. 62 e 63 da 4.320/64, e demais documentos pertinentes ao objeto licitado.

Rolim de Moura/RO, 23 de Janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Wander Barcelar Guimarães**

Secretário Municipal de Fazenda

### APROVO O PRESENTE PROJETO em \_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Luiz Ademir Schock**

Prefeito do Município de Rolim de Moura

**PREGÃO PRESENCIALNº 00/2017**

##### **ANEXO II - EDITAL**

###### PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA - RO

**PREGÃO PRESENCIAL N° 00/2017**

**PROCESSO N°**

**LICITANTE\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**CNPJ: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TEL. FAX:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

###### ENDEREÇO:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**C. CORRENTE: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ AG.:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ BANCO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**MODELO DE PROPOSTA**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNID.** | **QUANT.** | **V. UNIT.** | **V. TOTAL** |
| 1 | Kit-relação, aço 1.045, Honda Biz 125 ES ano/modelo 2011 e 2012 | UND | 6 |  |  |
| 2 | Kit-relação, aço 1.045, CG Titan 150 | UND | 4 |  |  |
| 3 | Kit-relação, aço 1.045, Honda NXR Bros150 | UND | 2 |  |  |
| 4 | Bateria 5amp, blindada | UND | 5 |  |  |
| 5 | Vela Biz 125/Bros 150/CG Titan 150, original | UND | 5 |  |  |
| 6 | Capa para banco da Honda Biz 125 | UND | 3 |  |  |
| 7 | Capa para banco da Honda CG Titan 150 | UND | 3 |  |  |
| 8 | Capa para banco da Honda BROS 150 | UND | 2 |  |  |
| 9 | Filtro de ar para Honda Biz 125 ES ano/modelo 2011e 2012 | UND | 4 |  |  |
| 10 | Filtro de ar para Honda CG Titan 150 ano/modelo 2004 | UND | 3 |  |  |
| 11 | Filtro de ar para Honda BROS 150 ano/modelo 2005 | UND | 2 |  |  |
| 12 | Kit sapata freio traseiro Honda Biz 125 ES ano/modelo 2011 e 2012 | UND | 5 |  |  |
| 13 | Kit sapata de freio dianteiro Honda Biz 125 ES ano/modelo 2011 e 2012 | UND | 6 |  |  |
| 14 | Kit sapata de freio traseiro Honda CG Titan 150 ano/modelo 2004 | UND | 3 |  |  |
| 15 | Kit sapata de freio dianteiro Honda CG Titan 150 ano/modelo 2004 | UND | 3 |  |  |
| 16 | Kit sapata de freio traseiro Honda BROS 150 ano/modelo 2005 | UND | 2 |  |  |
| 17 | Kit sapata de freio dianteiro Honda BROS 150 ano/modelo 2005 | UND | 2 |  |  |
| 18 | Lâmpada de pisca Biz 125/CG Titan 150 e NXR Bros 150 | UND | 6 |  |  |
| 19 | Carburador completo Honda CG Titan 150 ano 2004 | UND | 2 |  |  |
| 20 | Rolamento caixa de direção BIZ 125 | UND | 5 |  |  |
| 21 | Rolamento caixa de direção CG Titan 150 | UND | 3 |  |  |
| 22 | Rolamento caixa de direção NXR Bros 150 | UND | 2 |  |  |
| 23 | Par retrovisor para Honda CG Titan 150, original | UND | 6 |  |  |
| 24 | Kit bucha balança, Honda NXR Bros 150, original | UND | 2 |  |  |
| 25 | Kit bucha balança, Honda CG Titan 150 | UND | 4 |  |  |
| 26 | Cilindro bengala CG Titan 150 | UND | 4 |  |  |
| 27 | Retentor cilindro de bengala CG Titan 150, ano 2004 | UND | 4 |  |  |
| 28 | Cilindro bengala NXR Bros 150, ano 2005 | UND | 3 |  |  |
| 29 | Retentor cilindro de bengala NXR Bros 150, ano 2005 | UND | 3 |  |  |
| 30 | Amortecedor traseiro, Honda CG Titan 150, original | UND | 4 |  |  |
| 31 | Amortecedor traseiro, Honda NXR Bros 150, original | UND | 2 |  |  |
| 32 | Kit cilindro/pistão e anéis, Honda CG Titan150 | UND | 3 |  |  |
| 33 | Retentor de válvula, Honda CG Titan150, original | UND | 4 |  |  |
| 34 | Biela Honda CG Titan150, original | UND | 3 |  |  |
| 35 | Biela Honda Biz 125, original | UND | 5 |  |  |
| 36 | Biela Honda NXR Bros 150, original | UND | 2 |  |  |
| 37 | Kit bucha balança KASISNKI CRZ 150 origingal | UND | 4 |  |  |
| 38 | Cilindro Bengala KASISNKI CRZ 150 original | UND | 4 |  |  |
| 39 | Retentor cilindro de bengala KASISNKI CRZ 150 original | UND | 3 |  |  |
| 40 | Amortecedor Traseiro KASISNKI CRZ 150 original | UND | 2 |  |  |
| 41 | Kit cilindro/pistão e anéis KASISNKI CRZ 150 original | UND | 3 |  |  |
| 42 | Retentor de Valvula KASISNKI CRZ 150 original | UND | 4 |  |  |
| 43 | Biela KASISNKI CRZ 150 original | UND | 3 |  |  |
| 44 | Kit relação aço KASISNKI CRZ 150 original | UND | 2 |  |  |
| 45 | Bateria 5 amperes blindada KASISNKI CRZ 150 | UND | 5 |  |  |
| 46 | Filtro de ar KASISNKI CRZ 150  | UND | 4 |  |  |
| 47 | Kit sapata freio traseiro KASISNKI CRZ 150 | UND | 3 |  |  |
| 48 | Kit sapata freio dianteiro KASISNKI CRZ 150 | UND | 3 |  |  |
| 49 | Lâmpada de pisca KASISNKI CRZ 150 | UND | 4 |  |  |
| 50 | Rolamento caixa de direção KASISNKI CRZ 150 | UND | 2 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

*Prazo de validade da Proposta:\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) dias (mínimo 60 dias)*

*Prazo de garantia do objeto:*

*Prazo de entrega:*

**Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de Pregão Presencial n° 00/2016, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.**

Local , \_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

|  |
| --- |
| Nome e assinatura do Representante Legal |
| O CNPJ DA EMPRESA |

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

**ANEXO III** - EDITAL

##### TIMBRE DA EMPRESA)

**MODELO**

**(Modelo de Declaração de Inexistência de**

**Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação)**

 (NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ No \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(endereço completo) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data NÃO EXISTE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO, BEM COMO NÃO SE ENCONTRA EM ESTADO DE INIDONEIDADE DECLARADO OU SUSPENSO, POR NENHUM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU DO DISTRITO FEDERAL, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local , \_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

|  |
| --- |
| Nome e assinatura do Representante Legal |
| O CNPJ DA EMPRESA |

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

ANEXO IV - EDITAL

##### (PAPEL TIMBRE DA EMPRESA)

**MODELO**

# DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

 Pelo presente, a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, situada a Rua\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , n.º \_\_\_\_\_\_\_ , devidamente inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara para fins de participação na Licitação denominada Pregão Presencial nº. 00/2017, instaurada pelo Município de Rolim de Moura conforme edital supra referenciado, que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentadas na presente licitação.

Local , \_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

|  |
| --- |
| Nome e assinatura do Representante Legal |
|  CNPJ DA EMPRESA |

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

##### ANEXO V - EDITAL

##### (PAPEL TIMBRE DA EMPRESA)

**MODELO**

**(Modelo de Declaração quanto ao cumprimento às normas relativas ao trabalho de menores)**

 Declaramos, em atendimento ao previsto no edital de Pregão no. 00/2017, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menor(es) de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz (es), a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

|  |
| --- |
| Nome e assinatura do Representante Legal |
| O CNPJ DA EMPRESA |

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

# ANEXO VI - EDITAL

##### (PAPEL TIMBRE DA EMPRESA)

**MODELO**

**MODELO ATESTADO TÉCNICO-OPERACIONAL**

|  |
| --- |
| TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE |

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_atesta para os devidos fins que a Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, forneceu/fornece os produtos/serviços abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

Relação dos produtos/serviços fornecidos:

**Local e Data**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

(Nome completo por extensodo responsável pela Pessoa Jurídica emitente deste atestado e sua assinatura reconhecida em Cartório)

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

ANEXO VII - EDITAL

MODELO DE PROCURAÇÃO

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (a) Sr (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça às vezes para fins licitatório, confere-os à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ com o fim específico de representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de Rolim de Moura Setor Pregão, Licitação nº. 00/2017, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Outorgante

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Outorgado

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

**ANEXO VIII** - EDITAL

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DEPEQUENO PORTE**

(razão social da empresa) , inscrita no CNPJ nº. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) . . .. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . , portador(a) da Carteira de Identidade nº. . . . . . . . . . . . . . .. e do CPF nº. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .,**DECLARA**, para fins do disposto no subitem 6.9 deste Edital, do **Pregão Presencial nº.** 00/2017, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

**( ) MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

**( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE,** conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

**( )MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (**MEI**);**

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

(Local e data)

. . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .

(representante legal)

**OBS. 1) Assinalar com um “X” a condição da empresa.**

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

**ANEXO IX** - EDITAL

**(Modelo de Declaração**

**Não emprego de Servidor Público)**

 Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital pregão de Presencial nº00/2017, que não emprega servidor público em seu quadro funcional,

Local e data

|  |
| --- |
| Nome e assinatura do Representante Legal |
| O CNPJ DA EMPRESA |

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

**ANEXO X** - EDITAL

# DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL

EMPRESA: ........

REFERÊNCIA: Pregão Presencial N.º..../Pregão/2017

Ao

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

Rolim de Moura-RO

 Senhor Pregoeiro,

Para fins de participação da licitação denominada Pregão Presencial nº00/2017, tendo tomado conhecimento do Edital correspondente, D E C L A R A M O S que aceitamos plenamente os termos e condições estabelecidas no mesmo, bem como, de seus anexos.

Local , \_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

|  |
| --- |
| Nome e assinatura do Representante Legal |
| O CNPJ DA EMPRESA |

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

**ANEXO XI - MINUTA DE CONTRATO Nº /2017**

Minuta de contrato a ser firmado entre o Município de Rolim de Moura - RO e o licitante vencedor (art. 40, XVII § 2º III) C/C art. 54, em razão do processo administrativo nº 522/2017.

**DAS PARTES: Contratante -** O Município de Rolim de Moura - RO,

 **Contratado (a) -** Licitante Vencedor (a).

**1. DO OBJETO: aquisição peças para manutenção de motocicletas da Secretaria Municipal de Fazenda,** conforme especificação contida na solicitação e projeto básico.

**2. PRAZO CONTRATUAL**: O prazo contratual será de 12 (doze) meses.

**3. PRAZO DE EXECUÇÃO:** Após a emissão da nota de empenho e assinatura do contrato, o prazo de execução será de 12 (doze) meses.

**4. DO VALOR:** O valor do presente contrato será o licitado e Adjudicado.

**5. DO PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a liquidação da despesa, estando condicionado à comprovação de regularidade com INSS, conforme previsão do Artigo 195, § 3° da Constituição Federal,

5.1 O Faturamento do objeto licitado se dará em nome da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura/RO, CNPJ 07.851.282/0001-80, com menção no cupom/nota fiscal.

**6. DAS DESPESAS:** Todas as despesas decorrentes do referido objeto correrão por conta da (o) contratada (o).

**7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:** Cada parte arcará com as responsabilidades cabíveis e se responsabiliza no cumprimento do contrato integralmente, bem como aceita todos os termos do processo.

**8. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO:** A fiscalização do referido objeto será exercida pela Comissão de Recebimento e será entregue no Almoxarifado Central, localizado na Av. São Luiz, s/n, nos fundos do prédio da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura ou em local indicado pela Secretaria requisitante.

8.1 Os itens solicitados deverão ser entregue no prazo máximo de 15 (quinze) dias, conforme Termo de Referência.

**9. DAS GARANTIAS:** Não haverá garantias no presente contrato.

**10. DAS ALTERAÇÕES:** O presente contrato administrativo poderá ser alterado unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos artigos 65, seus incisos e parágrafos, da Lei 8.666/93.

**11. DA RESCISÃO:** A rescisão contratual poderá ocorrer por inadimplemento contratual de qualquer das partes, facultando a contratante rescisão unilateral por conveniência administrativa, especialmente o disposto no Art. 77 e seguintes da citada Lei, o que desde já fica aceito por ambas as partes.

**12. DA MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO:** Não há pagamento a título de mobilização e instalação, em razão do tipo do contrato.

**13. DA EXECUÇÃO:** O regime de execução é o indireto do tipo de menor preço unitário por item.

**14. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Aplica-se ao presente contrato todas as Legislações pertinentes ao mesmo e reguladoras dos preceitos de direito público, bem como os itens aqui estabelecidos e no que faltar, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições do direito privado.

**15. DA MULTA E PENALIDADES:** Fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato à parte que infringir quaisquer dos itens, ressalvando a conveniência administrativa a qual deverá ser plenamente justificável, e ainda as penalidades previstas no Capítulo IV da Lei 8.666/93 e item 22. do Edital.

## 16. DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REAJUSTAMENTO: No que concerne ao critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data de adimplemento do objeto desta licitação até a data do efetivo pagamento, admitir-se-á atualização se decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso, e será utilizado o INPC-IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

16.1 Não será efetuado qualquer tipo de adiantamento ou antecipações de pagamentos na realização dos serviços, objeto desta licitação;

**16.2 As penalizações por atraso no pagamento consistirão apenas na atualização financeira prevista no item 16.**

**17. DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA:** Conforme definido na nota de empenho n° …..../2017, sendo elemento de despesa 3.3.90.30, projeto atividade 2.103, unidade orçamentária 02.008 (SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA).

**18. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**: O contrato será celebrado no prazo de até 05 (cinco) dias da data da ciência ao chamamento.

**19. DAS OBRIGAÇÕES:** Fica obrigado (a) a contratado (a), a cumprir fielmente as obrigações do contrato nas condições pelo qual foi habilitado e aceito todos os termos do processo em especial no tocante a licitação e sua modalidade, bem como em todas as cláusulas presentes no Edital e seus anexos.

**20. DO FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de Rolim de Moura para dirimir os eventuais litígios e dúvidas que possam surgir.

Rolim de Moura/RO,...................................

# CONTRATANTE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO

#  LUIZ ADEMIR SCHOCK

## PREFEITO DO MUNICÍPIO

CONTRATADA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**PREGÃO PRESENCIALN.º 00/2017**

**ANEXO XII - PREÇOS MÉDIOS**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNID.** | **QUANT.** | **V. UNIT.** | **V. TOTAL** |
| 1 | Kit-relação, aço 1.045, Honda Biz 125 ES ano/modelo 2011 e 2012 | UND | 6 |  R$50,83  |  R$305,00  |
| 2 | Kit-relação, aço 1.045, CG Titan 150 | UND | 4 |  R$51,00  |  R$204,00  |
| 3 | Kit-relação, aço 1.045, Honda NXR Bros150 | UND | 2 |  R$71,50  |  R$143,00  |
| 4 | Bateria 5amp, blindada | UND | 5 |  R$96,00  |  R$480,00  |
| 5 | Vela Biz 125/Bros 150/CG Titan 150, original | UND | 5 |  R$13,17  |  R$ 65,83  |
| 6 | Capa para banco da Honda Biz 125 | UND | 3 |  R$21,00  |  R$ 63,00  |
| 7 | Capa para banco da Honda CG Titan 150 | UND | 3 |  R$21,00  |  R$ 63,00  |
| 8 | Capa para banco da Honda BROS 150 | UND | 2 |  R$23,17  |  R$ 46,33  |
| 9 | Filtro de ar para Honda Biz 125 ES ano/modelo 2011e 2012 | UND | 4 |  R$21,00  |  R$ 84,00  |
| 10 | Filtro de ar para Honda CG Titan 150 ano/modelo 2004 | UND | 3 |  R$20,67  |  R$ 62,00  |
| 11 | Filtro de ar para Honda BROS 150 ano/modelo 2005 | UND | 2 |  R$21,00  |  R$ 42,00  |
| 12 | Kit sapata freio traseiro Honda Biz 125 ES ano/modelo 2011 e 2012 | UND | 5 |  R$21,00  |  R$105,00  |
| 13 | Kit sapata de freio dianteiro Honda Biz 125 ES ano/modelo 2011 e 2012 | UND | 6 |  R$21,17  |  R$127,00  |
| 14 | Kit sapata de freio traseiro Honda CG Titan 150 ano/modelo 2004 | UND | 3 |  R$24,17  |  R$ 72,50  |
| 15 | Kit sapata de freio dianteiro Honda CG Titan 150 ano/modelo 2004 | UND | 3 |  R$24,17  |  R$ 72,50  |
| 16 | Kit sapata de freio traseiro Honda BROS 150 ano/modelo 2005 | UND | 2 |  R$21,67  |  R$ 43,33  |
| 17 | Kit sapata de freio dianteiro Honda BROS 150 ano/modelo 2005 | UND | 2 |  R$24,17  |  R$ 48,33  |
| 18 | Lâmpada de pisca Biz 125/CG Titan 150 e NXR Bros 150 | UND | 6 |  R$ 2,50  |  R$ 15,00  |
| 19 | Carburador completo Honda CG Titan 150 ano 2004 | UND | 2 |  R$111,67  |  R$223,33  |
| 20 | Rolamento caixa de direção BIZ 125 | UND | 5 |  R$26,00  |  R$130,00  |
| 21 | Rolamento caixa de direção CG Titan 150 | UND | 3 |  R$26,00  |  R$ 78,00  |
| 22 | Rolamento caixa de direção NXR Bros150 | UND | 2 |  R$26,00  |  R$ 52,00  |
| 23 | Par retrovisor para Honda CG Titan 150, original | UND | 6 |  R$25,00  |  R$150,00  |
| 24 | Kit bucha balança, Honda NXR Bros 150, original | UND | 2 |  R$22,50  |  R$ 45,00  |
| 25 | Kit bucha balança, Honda CG Titan 150 | UND | 4 |  R$25,50  |  R$102,00  |
| 26 | Cilindro bengala CG Titan 150 | UND | 4 |  R$46,67  |  R$186,67  |
| 27 | Retentor cilindro de bengala CG Titan 150, ano 2004 | UND | 4 |  R$26,17  |  R$104,67  |
| 28 | Cilindro bengala NXR Bros 150, ano 2005 | UND | 3 |  R$56,00  |  R$168,00  |
| 29 | Retentor cilindro de bengala NXR Bros 150, ano 2005 | UND | 3 |  R$31,17  |  R$ 93,50  |
| 30 | Amortecedor traseiro, Honda CG Titan 150, original | UND | 4 |  R$101,67  |  R$406,67  |
| 31 | Amortecedor traseiro, Honda NXR Bros 150, original | UND | 2 |  R$302,17  |  R$604,33  |
| 32 | Kit cilindro/pistão e anéis, Honda CG Titan150 | UND | 3 |  R$120,83  |  R$362,50  |
| 33 | Retentor de válvula, Honda CG Titan150, original | UND | 4 |  R$16,00  |  R$ 64,00  |
| 34 | Biela Honda CG Titan150, original | UND | 3 |  R$101,00  |  R$303,00  |
| 35 | Biela Honda Biz 125, original | UND | 5 |  R$105,17  |  R$525,83  |
| 36 | Biela Honda NXR Bros 150, original | UND | 2 |  R$105,50  |  R$211,00  |
| 37 | Kit bucha balança KASISNKI CRZ 150 origingal | UND | 4 |  R$31,67  |  R$126,67  |
| 38 | Cilindro Bengala KASISNKI CRZ 150 original | UND | 4 |  R$61,00  |  R$244,00  |
| 39 | Retentor cilindro de bengala KASISNKI CRZ 150 original | UND | 3 |  R$26,17  |  R$ 78,50  |
| 40 | Amortecedor Traseiro KASISNKI CRZ 150 original | UND | 2 |  R$41,00  |  R$ 82,00  |
| 41 | Kit cilindro/pistão e anéis KASISNKI CRZ 150 original | UND | 3 |  R$100,50  |  R$301,50  |
| 42 | Retentor de Valvula KASISNKI CRZ 150 original | UND | 4 |  R$16,00  |  R$ 64,00  |
| 43 | Biela KASISNKI CRZ 150 original | UND | 3 |  R$91,00  |  R$273,00  |
| 44 | Kit relação aço KASISNKI CRZ 150 original | UND | 2 |  R$51,17  |  R$102,33  |
| 45 | Bateria 5 amperes blindada KASISNKI CRZ 150 | UND | 5 |  R$106,00  |  R$530,00  |
| 46 | Filtro de ar KASISNKI CRZ 150  | UND | 4 |  R$21,00  |  R$ 84,00  |
| 47 | Kit sapata freio traseiro KASISNKI CRZ 150 | UND | 3 |  R$21,00  |  R$ 63,00  |
| 48 | Kit sapata freio dianteiro KASISNKI CRZ 150 | UND | 3 |  R$21,33  |  R$ 64,00  |
| 49 | Lâmpada de pisca KASISNKI CRZ 150 | UND | 4 |  R$ 2,50  |  R$ 10,00  |
| 50 | Rolamento caixa de direção KASISNKI CRZ 150 | UND | 2 |  R$25,50  |  R$ 51,00  |
|  |  |  |  | **TOTAL** |  **R$ 7.926,33**  |